Resumo expandido

A HISTÓRIA DO CORPO NA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: UM ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DO CORCUNDA DE NOTRE-DAME

Maria Lavínia da Silva[1], Meire Aparecida Lóde-Nunes[1]

[1]Universidade Estadual do Paraná – Unespar, Campus de Paranavaí, Paraná, Brasil

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é estudar a representação do corpo estigmatizado condenado à segregação social na Idade Média. A formação em Educação Física, apesar dos avanços, ainda carrega estereótipos que influenciam a escolha de muitos estudantes por essa graduação. A hipervalorização prática, em detrimento do campo teórico, contribui para o desinteresse pela história do corpo como condição para a mudança das práticas pedagógicas. Para a realização da pesquisa foi adotado como procedimento metodológico a pesquisa histórica, bibliográfica de caráter exploratório e análise fílmica. Conhecer a história do corpo e da Educação Física é, a nosso ver, condição para toda atuação profissional consciente e comprometida com o desenvolvimento humano e social. Com a realização dessa pesquisa pretende-se contribuir com a desconstrução do pensamento da Educação Física unicamente como um campo da prática de exercícios físicos e entendê-la como uma construção sociocultural que requer conhecimento histórico por parte de seus profissionais para a autonomia da área do conhecimento.

Palavras-chave: Midia[1]. Estigmas[2]. Idade Média[3].

1. INTRODUÇÃO

O corpo humano nunca esteve tão na moda como hoje. Em nenhum momento da história, as formas, a aparência, ou a textura foram tão discutidas por leigos e especialistas. O mundo atual criou um tipo de corpo e todos os demais, para serem aceitos, devem se encaixar nesse modelo. A história já nos mostrou, por vários caminhos, que quase tudo nunca foi como é agora, e a relação de uma sociedade com seu próprio corpo também reflete as mudanças complexas vivenciadas ao longo de vários processos históricos (Priori e Amantino, ano 2008).

O padrão de corpo é intensificado pela mídia, em sua maioria como branco, jovem e musculoso, inclusive por meio das páginas das instituições de ensino superior (IES) que utilizam imagens esportivas, de pessoas em academias, de crianças jogando e/ou brincando, de idosos saudáveis e ativos para a divulgação do curso de licenciatura/bacharelado em Educação Física. Essas imagens contribuem na construção das mentalidades coletivas acerca da Educação

Física como um campo que congrega pessoas que são consideradas como modelo de saúde e felicidade.

Essa construção mental atrai muitos jovens para a graduação em Educação Física em ambas as habilitações – licenciatura e bacharelado –, mas as matrizes curriculares são formadas por conteúdos provenientes das ciências da saúde e de outras áreas do conhecimento como, por exemplo, das ciências humanas como história, filosofia e sociologia. Isso causa estranheza e certa rejeição de algumas disciplinas por parte dos estudantes se tornando comum questionamentos como: "[...] se a Educação Física é uma área voltada para a saúde, a performance e a educação corporal de crianças, jovens e adultos, o que interessa o conhecimento histórico? (Goellner, 2012, p.37)".

Esses questionamentos exigem muitos esforços por parte de alguns professores para mostrar aos alunos que: em virtude de o corpo ter sido considerado por durante muito tempo apenas no campo biológico o excluiu dos estudos sociais e culturais (Le Goff). Todavia, atualmente, é inquestionável que o corpo em todos seus aspectos é resultado de processos históricos/sociais/culturais. Assim, antes de tudo, o estudo da história do corpo nos traz a possibilidade de aprender e compreender um problema: "[...] ao estudarmos o passado de algum fenômeno, assunto ou campo profissional, podemos pensar no fato de aquelas pessoas terem feito escolhas – algumas difíceis - entre as possibilidades que para eles existiam" (Mello, 1999, p.26).

Nos conscientizamos, ainda, que os avanços e retrocessos da/na Educação Física são resultados de escolhas anteriores, principalmente, dos profissionais da área. Portanto, conhecer a história do corpo e da Educação Física é, a nosso ver, condição para toda atuação profissional consciente e comprometida com o desenvolvimento humano e social.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz a competência número cinco que visa "Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes" (Brasil, 2018). Entre os diversos objetos de estudo que podemos destacar no campo da história do corpo e da Educação Física estabelecemos como recorte temático a exclusão social oriunda dos estigmas corporais. A Educação Física pode ser muito excludente com aqueles que não atendem aos padrões corporais idealizados em cada momento histórico. Entender que os padrões corporais são construções decorrentes de valores sociais é de extrema importância para

a desconstrução das mentalidades coletivas que julgam e excluem os diferentes, questão urgente para a efetivação da Educação Física inclusiva.

Ao longo da história da educação especial, os olhares lançados para a deficiência assumiram, sobretudo, o caráter de estigmatização de sujeitos. Características físicas, psíquicas, sensoriais e sociais serviram como elementos de segregação da pessoa classificada como deficiente.

E para realização deste estudo analisaremos a representação corporal de Quasímodo descrita nas obras de Victor Hugo "O corcunda de Notre-Dame". E como fontes secundárias para dialogar e termos subsídios para a análise da obra teremos como fontes dois filmes, sendo o primeiro o filme "O Corcunda de Notre-Dame" romance/drama lançado no ano de 1956 tendo como autor Victor Hugo e dirigido por Jean Delannoy e o segundo filme o infantil/musical produzido pela Disney "O corcunda de Notre-Dame" lançado em 1996 no Brasil, coordenado pelos diretores Gary Trousdale e Kirk Wise.

Os filmes oferecem um rico material para a análise histórica, um modo real de conservar "cápsulas do tempo" para se aprender sobre outros momentos, espaços e situações. Eles têm a capacidade de monumentalizar certas problemáticas históricas, de criar uma memória própria, de lutas sociais e políticas, onde se (re)afirmam experiências, ideologias e linguagens (Oliveira, 2017).

Mesmo cientes de que a inclusiva social dos deficientes não era uma preocupação na sociedade medieval, surge-nos o interesse de compreender como essas pessoas viviam – ou não – naquela época, desta forma será que os estereótipos medievais influenciaram/influenciam a mentalidade contemporânea acerca do "corpo deficiente"? Diante do exposto, essa pesquisa tem como objetivo estudar a representação do corpo estigmatizado condenado a segregação social na Idade Média.

Objetivos específicos

- Investigar a relação da deficiência corporal e o pecado no contexto do século XV;
- Analisar as características corporais de Quasimodo que o estigmatizam;
- Compreender as segregações a que Quasímodo foi submetido.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Com relação ao método de nossa pesquisa, podemos assumi-la como uma pesquisa histórica. Lakatos e Marconi apresenta-nos essa forma de pesquisa mencionando que:

> Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. (Lakatos e Marconi, 2003, p.106-107)

Quando passamos a classificá-la conforme o objetivo podemos dizer que ela é exploratória, pois:

> [...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (Gil, 2002, p. 41)

Com relação às técnicas de pesquisa, o estudo pode se caracterizar como pesquisa bibliográfica, a qual explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. "[...] buscam conhecer e analisar contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema" (Raupp e Beuren, 2003, p. 86).

Para compreender os filmes será feita a análise fílmica

> [...] as fontes fílmicas constituem-se em um recurso cujas leituras podem ajudar a dar conta não somente da epistemologia do cuidado, mas também de informar como este cuidado evoluiu, foi compreendido e representado em outros tempos e cenários (Oliveira p.4 2017).

E por se tratar de uma metodologia de cunho interpretativo, que não possui uma fórmula única a ser seguida, é preciso criar o próprio caminho e estruturar categorizações às quais darão

sustentação para que a análise não seja uma interpretação inútil, vazia ou viciosa, trabalhamos neste artigo com três categorias: Aparência corporal; Segregação; Relação entre o Quasimodo e a sociedade.

3. DISCUSSÕES

DEFICIÊNCIA CORPORAL E A IDADE MÉDIA

Esta primeira seção tem por objetivo investigar a relação da deficiência corporal e o pecado no contexto do século XV. Ao longo da história as pessoas com deficiência receberam várias terminologias: aleijados, loucos, cegos, retardados mentais, excepcionais, e atualmente pessoas com deficiência.

1.1 Contexto histórico da deficiência

A história da educação especial teve grandes marcos e pode ser dividida em quatro grandes fases que, de acordo com Fernandes (2013), são: 1- Período de extermínio; 2- Período de segregação; 3- Período de integração e 4- Período de inclusão. Apresentamos um histórico da educação especial para compreensão do modo de existência, cuidado e educação das pessoas com deficiência.

1: O Período de Extermínio decorrente de uma espécie de seleção natural, na luta pela sobrevivência prevalecia a lei dos mais fortes e segundo Costa e Góes (2022) este período abrange desde a Antiguidade até a Idade Média. Bianchetti (1995) é quem esclarece que na sociedade caracterizada pela pesca, caça e abrigo em cavernas, aqueles que nasceram com ou eram acometidos com alguma deficiência, tornavam-se incapazes de realizar atividades e eram abandonados, desprezados pelo grupo sem qualquer sentimento de culpa. Pois a sobrevivência estava relacionada às habilidades individuais.

2: O Período de Segregação/Institucionalização teve início no século XII com a ascensão da igreja católica. É sabido que o conhecimento na Idade Média era proveniente do campo religioso, o qual "[...] considerava que a deficiência decorria da intervenção de forças demoníacas e, nesse sentido, "muitos seres humanos física e mentalmente diferentes - e por isso associados à imagem do diabo e a actos de feitiçaria e bruxaria - foram vítimas de perseguições, julgamentos e execuções" (Silva, 2009, p.02).

O movimento da história medieval nos mostra que a pessoa com deficiência, que antes era morta, passa a ser estigmatizada pelos cristãos considerarem a deficiência como castigo de um pecado cometido pela própria pessoa ou por seus pais. A deficiência pensada como punição Divina pode ser vista, por exemplo, na publicação Malleus Malleficarum, que traduzido significa "o Martelo das Bruxas ou "o “Martelo das Feiticeiras” de 1482. Escrito por dois dominicanos inquisidores, o livro, que podia ser considerado como uma espécie de caça às bruxas, fazia considerações a respeito dos sinais de malformação física ou mental como indicativo de vínculo com o demônio, considerando-os como hereges que deveriam ser lançados na fogueira da inquisição para serem libertos da maldição que os afligia (Assumpção Junior; Sprovieri, 2000).

3: O Período de Integração é mencionado por Costa e Góes (2022) como tendo início no século XIX. A integração tinha a intenção de inserir a pessoa com necessidade educacional especial na sociedade, desde que ele estivesse, de alguma forma, capacitado a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais. Na área educacional a pedagogia voltava-se para a adequação da pessoa com deficiência ao ambiente escolar, acreditava-se que as crianças e jovens deveriam ficar em classes especiais apenas para os deficientes, e que levaria um tempo para essa adaptação acontecer que poderiam ser meses, anos ou jamais.

Neste contexto houve um grande e rápido avanço dos direitos humanos bem como da ciência [...] Os mutilados de guerra requeriam a reintegração de volta à sociedade alicerçada nos seus direitos humanos e civis” (Santos, 1995). E [...] até aos anos 80 a integração desenvolveu se dentro de um contexto histórico em que pesaram questões como igualdade e direito de oportunidades" (Santos, 1995, p. 24).

4: O Período da Inclusão: Para Sassaki (1997) este período refere-se ao processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seu lugar na sociedade. A década de 1990 foi denominada a era da inclusão, sendo destacada pelas políticas públicas em favor da inclusão e da inserção da pessoa com deficiência na escola e na sociedade.

Com a realização da Conferência Mundial de Educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passa-se a exigir da sociedade como um todo que faça as adaptações para a integração social, além de tornar mais forte o direito da pessoa com

deficiência (Sassaki, 1998). Neste sentido, o processo de inclusão assume seu lugar político na sociedade, pois traz denúncias acerca das pessoas que sofrem preconceito, desigualdade, desrespeito em decorrência de suas deficiências.

Surgiu no Brasil a "lei da inclusão" que é a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Esta lei, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, garante e promove os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania em igualdade de condições com as demais pessoas.

Atualmente, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, Ministério da saúde, 2025).

1.2 Deficiência corporal e o pecado Medieval

Após os apontamentos focaremos no período de extermínio e segregação, isso porque devido a extensão do período da Idade Média é possível ver as duas formas mesmo que uma sobressaia à outra. Ressalto que ao analisarmos essas concepções, é necessário levar em conta o contexto histórico em que essas pessoas com deficiências estavam inseridas, pois cada sociedade tratou a deficiência dentro das suas possibilidades e explicações desses fenômenos.

O moralismo cristão ocidental que associa a deficiência ao pecado vem desde a antiguidade e alcança a Idade Média. No universo medieval Alves (2017) destaca que a deficiência estava relacionada ao pecado, sendo considerada como um castigo dado por Deus. E Fonseca (1989) explica que na Idade Média a deficiência esteve sempre associada às crenças sobrenaturais, supersticiosas e demoníacas, por não encontrar razões que a explicassem racionalmente e em decorrência da forte influência religiosa.

O ato de queimar viva em praça pública a pessoa com deficiência não era concebido por aquela sociedade como atitude sádica, mas sim como um meio de purificar-lhe a alma. Sendo o cristianismo a religião do estado, todo atentado contra a religião oficial era concebido como um atentado contra a sociedade. Logo, tudo aquilo que contradiz os ensinamentos da igreja católica eram considerados como heresia e, portanto, um crime civil.

O delineamento de um breve histórico sobre a deficiência remete-nos aos significados que a ela foram conferidos e que se inserem na própria história. Em todo esse trajeto vemos as marcas do preconceito e da rejeição. Entendemos, com Amaral (1994), a deficiência como um fenômeno construído socialmente, desta forma, o ser ou estar "deficiente" refere-se na maioria das vezes ao Outro, aquele que é considerado sem "deficiências". Será o tipo de organização da sociedade a qual essas pessoas estão inseridas que determinará como elas serão vistas, incluídas ou excluídas.

Há, dessa forma, um período místico e repleto de preconceitos e práticas de eliminação entre a Idade Antiga e Média, estendendo-se até início da Idade Moderna. Mesmo que essas concepções místicas venham do passado, há resquícios presentes atualmente. Ao conseguirem fazer plenamente uma determinada tarefa, muitas vezes foi, e ainda tem sido atribuído à pessoa deficiente superdotação, pois o senso comum parece não admitir que eles façam determinadas coisas como qualquer outra pessoa. Contribuindo para manter o estigma, as imagens que as pessoas faziam e reproduziam das pessoas com deficiência, fez com que a discriminação fosse naturalizada, além da restrição dos direitos a estas pessoas como cidadãos. Esta herança cultural apareceria marcada nas artes e literatura, com representações grotescas e monstruosas de deficientes, retratando sempre muito sofrimento e deformidades. Goffmann (1988) explica o estigma em sua essência como o tornar natural a pessoa deficiente como desumana, perpetuando e multiplicando o efeito do preconceito social.

QUASÍMODO E SUA REPRESENTAÇÃO GROTESCA

Esta seção tem como objetivo analisar as características corporais de Quasímodo que o estigmatizam. Os estigmas corporais são definidos por Matos, Zoboli e Mezzaroba (2011) “[...] como uma demarcação social do corpo no sentido de lhe atribuir um estereótipo negativo que desencadeia preconceito e discriminação no âmbito das relações entre os sujeitos”.

As características que consideram um corpo como diferente em um sentido de valor e poder são construídas socialmente e seus estereótipos são demarcados a partir desses significados: “Os estereótipos se fixam com predileções sobre as aparências físicas e as transformam naturalmente em estigmas, em marcas fatais de imperfeição moral ou de pertencimento de raça” (Le Breton, 2009, p. 79).

As pessoas tidas como “diferentes” são encaradas por olhares desconcertantes e impiedosos. Olhos cheios de curiosidade perversa, olhares que desejam saber o porquê o outro está/é assim, como aconteceu, qual o motivo, tudo isso, talvez, para que não aconteça com o corpo de quem olha. A curiosidade é tanta, que o faz imaginar coisas desagradáveis, levando ao bloqueio do “diferente”, evitando seu contato.

A estrutura biológica do homem possibilita-lhe sentir, pensar e agir, mas o seu estar e interagir com o mundo (cultura) dá os sentidos e significados de seus sentimentos, pensamentos e ações, (re)criando e (re)construindo novos universos. Apropriar-se de uma cultura é assim apreender uma significação por meio do corpo na interação de toda sua complexidade na unidade.

Neste sentido, quando analisamos o corpo na sua relação com a cultura é importante perceber que os padrões de beleza e os padrões de normalidade e diferença são signos construídos. É em nome dos signos que regem o padrão de corpo ideal dentro de uma cultura que os indivíduos pautam sua postura ascética em relação a seu próprio corpo.

É também em nome desse cuidado de si que o indivíduo busca a sua inserção na vida social. O aceitar o outro evoca nossa própria aceitação para conosco “Pelo corpo eu percebo, pelo corpo eu analiso e por meio dele eu coexisto no mundo” (Matos, Zoboli e Mezzaroba, 2011, n. p.).

O corpo como fator de identidade carrega signos socialmente produzidos ao longo de sua existência – história – bem como de suas vivências singulares, portanto, também com significados únicos. Neste sentido, é necessário compreendê-lo a partir de sua trajetória e a partir do espaço social em que foi construído. Estes signos inscritos no corpo trazem a identidade do sujeito ao mesmo tempo em que as (re)criam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mentalidade contemporânea acerca do "corpo deficiente" está em um processo de mudança, evoluindo de uma visão historicamente baseada na exclusão e patologização para uma perspectiva mais inclusiva e de valorização da diversidade. Essa mudança envolve o reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito de direitos, a desconstrução de estereótipos e a busca por uma sociedade mais justa e equitativa. A ênfase está na valorização

da diversidade, na superação de preconceitos e na criação de um ambiente onde as pessoas com deficiência possam exercer plenamente suas potencialidades, sendo respeitadas em sua singularidade e complexidade.

É fundamental combater preconceitos e estereótipos que ainda permeiam a visão sobre a deficiência, reconhecendo a pessoa com deficiência como sujeito com suas próprias histórias, experiências e desejos. É preciso criar espaços e oportunidades para que as pessoas com deficiência possam exercer seu protagonismo, participar ativamente das decisões que afetam suas vidas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença: deficiência.** Brasília: CORDE, 1994.

ASSUMPÇÃO JR, E B.; SPROVIERI, M. H. **Introdução ao estudo da deficiência mental.** São Paulo: Memnon, 2000.

BIANCHETTI, L. **Aspectos históricos da educação especial.** In: Revista Brasileira de Educação Especial, v.2.n.3, 1995.

BRASIL. **Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Diário Oficial da União. 6 de julho de 2015. Disponivel em: https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/legislacao/lei-brasileira-de inclusao/#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2013.146/2015%2C%20Lei,sua%20inclus%C3%A3o%20social%20e%20cidadania. Acesso em 09/06/2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em 10/08/2025

BRASIL. **Ministério da Saúde. Saúde da Pessoa com deficiência.** Brasília, 2025. disponivel em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia#:~:text=Pessoas%20com%20defici%C3%AAncia%20s%C3%A3o%20aquelas,sociedade%20em%20igualdade%20de%20condi%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 22/07/2025

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. IBPEX, Curitiba, 2013.

FONSECA, V. **Educação especial programa de estimulação precoce.** Lisboa: Editorial Notícias. 1989.

Gil, Antônio Carlos**. Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

Goellner, S. V. **A importância do conhecimento na formação de professores de educação física e a desconstrução da história no singular.** KINESIS, Santa Maria-RS, v. 30, n. 1, p. 37—55, jan/jun. 2012.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: **Brasiliense**, 1982.

Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica**.** 5. ed. São Paulo: **Atlas**, 2003.

LE BRETON, D. A sociologia do corpo. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. 3d. Petrópolis/RJ: **Vozes**, 2009.

MATOS, K. S. **Obesidade e bullying: uma análise a partir das aulas de Educação Física escolar.** 2011, 100 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2011.

MATOS, K. S.; ZOBOLI, F.; MEZZAROBA, C. **O corpo obeso: um corpo deficiente? Considerações a partir da mídia.** In: SEMANA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - EDUCAÇÃO FÍSICA E COMPROMISSO SOCIAL, 9., 2012, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: UFS, 2012. p. 1-17.

Oliveira, A. B. **Uso de fontes fílmicas em pesquisa sócio-histórica da área da saúde.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. 2017

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria e prática**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, M. P. Perspectiva histórica do movimento integracionista na Europa. Revista Brasileira de Educação Especial, (3), p. 21-29. Piracicaba: **UNIMEP**, 1995.

SASSAKI, R. K. Entrevista. Revista Integração, (20), p. 08-10. Brasília: SEESP/MEC, 1998.

SILVA, M. O. E. **Da exclusão à inclusão: concepções e práticas**. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, 2009.

UNESCO**. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em 09/06/2025. .